

CORPO E ALMA DO BRASIL

Direção do
Prof. Fernando Henrique Cardoso

XXXVI
Novembro de 1972



FLORESTAN FERNANDES

O NEGRO NO MUNDO DOS BRANCOS

Direção Européia do Livro
Rua Bento Freitas, 362 — 6.^o
Rua Marquês de Iru, 79
São Paulo



DEDALUS - Acervo - FFLCH-FIL

O negro no mundo dos brancos.

301.451
F363n
e.6



21000008610



TOMBO...: 36922



SBD-FFLCH-USP
BIBLIOTECA DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS SOCIAIS

BIBLIOTECA DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS SOCIAIS - USP

CAPÍTULO I

ASPECTOS DA QUESTÃO RACIAL *

Nos últimos vinte anos tem surgido uma volumosa bibliografia sobre a situação racial brasileira. O principal motivo desse interesse foi um projeto de pesquisa, de que foi intermediário pela UNESCO o inesquecível Alfred Métraux, e que conseguiu no Brasil a colaboração de especialistas como Wagley, Thales de Azevedo, René Ribeiro, Costa Pinto, Roger Bastide, Oracy Nogueira, Aníela Ginsberg, Virginia Bicudo e outros... Esse projeto, de 1951, permitiu que se conhecesse melhor aquilo que se poderia chamar de "realidade racial brasileira". Em seguida, ele foi ampliado, através de pesquisas encetadas pela Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ao sul do Brasil. Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Renato Jardim Moreira estenderam as indagações a uma área na qual a proporção de negros na população é a menor em todo o Brasil e em que a escravidão se manifestou de modo peculiar.

O que se descobriu? Na verdade, a hipótese sustentada pelo Dr. Donald Pierson, de que o Brasil constitui um caso neutro na manifestação do "preconceito racial", teve de ser revista, mau grado o empenho da UNESCO pela confirmação da hipótese. Ao que parece, esta instituição alimentava o propósito de usar o "caso brasileiro" como material de propaganda. Se os brancos, negros e mestiços podem conviver de "forma democrática" no Brasil, porque o mesmo processo seria impossível em outras regiões? Não obstante, o que é uma democracia racial? A ausência de tensões abertas e de conflitos permanentes é, em si mesma, índice de "boa" organização das relações raciais? Doutro lado,

* Artigo escrito para *O Tempo e o Modo*, Lisboa, para ser publicado no número de novembro-dezembro de 1966.

o que é mais importante para o "negro" e o "mestiço": uma consideração ambígua e disfarçada ou uma condição real de ser humano econômica, social e culturalmente *igual* aos brancos? Além disso, se os brasileiros conhecem um clima de tolerância racial, praticando um código de decoro nas relações em que entram em contato como "brancos", "mestiços" e "negros", não seria melhor que esse fato tivesse importância em si mesmo, independentemente de qualquer fantasia a respeito de uma "igualdade racial" que não poderia existir numa sociedade recém-egressa da escravidão e na qual a concentração da riqueza, do poder e do prestígio social abre um fosso intransponível mesmo nas relações de diferentes segmentos da "população branca"?

Neste pequeno artigo, não possuo espaço suficiente para tratar de todos os aspectos suscitados pelas perguntas, que me foram formuladas por *O Tempo e o Modo*. Por isso, já que a bibliografia sobre o assunto pode esclarecer os leitores mais interessados no aprofundamento do debate ⁽¹⁾, vou limitar-me a emitir certas opiniões sobre três temas levantados por aquelas perguntas: 1) a natureza do comportamento do brasileiro diante do "problema racial"; 2) o que há de mito e de realidade atrás da idéia de uma "democracia racial brasileira"; 3) o que o futuro parece reservar ao Brasil em matéria de "integração racial". Essas opiniões se fundam em fatos ou em conclusões extraídas de fatos. Contudo, são ainda assim meras opiniões. Não quero apresentar-me como o paladino da verdade. Nesse assunto, as controvérsias vêm de longe. Já Perdigão Malheiros se refere "ao preconceito mais geral contra a raça africana" ⁽²⁾, como "preconceito de nossa sociedade"; e, depois dele, muitos foram os que assinalaram os aspectos sombrios do chamado "*mundo que o português criou*". A tais autores, que eu chamaria de realistas, se opõem fortemente os que acreditam mais nas "boas intenções" que na qualidade de ações. Não lhes quero fazer a injustiça que eles nos fazem, de supor que seja mentira ou inverdade (para não dizer falsidade) tudo que não puder ser sancionado por convicções que deitam raízes nas racionalizações exploradas pelos senhores de escravos para legitimar moralmente a escravidão. O ângulo de

(1) A parte essencial dessa bibliografia vai reproduzida abaixo, como contribuição do autor aos leitores interessados em aprofundar a presente análise.

(2) Cf. Agostinho Marques Perdigão Malheiros, *A Escravidão no Brasil*. Fôsaio Histórico-Jurídico-Social, Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1866, vol. I, pp. 206-208.

que se colocam garante certa veracidade a algumas de suas opiniões e expõe de modo extremamente favorável o melhor lado do clima de convivência inter-racial imperante no Brasil. Lamento, apenas, que não tenham compreendido que também defendem apenas opiniões e que no campo da investigação científica o que permite seleccionar as opiniões não são as convicções de origem etnocêntrica, mas a convergência dos resultados positivos de pesquisas autônomas, igualmente rigorosas. Quanto ao mais, não é só a democracia racial que está por constituir-se no Brasil. É toda a democracia na esfera econômica, na esfera social, na esfera jurídica e na esfera política. Para que ela também se concretize no domínio das relações raciais, é mister que saibamos clara, honesta e convictamente o que tem banido e continuará a banir a equidade nas relações de "brancos", "negros" e "mestiços" entre si. A chamada "tradição cultural brasileira" possui muitos elementos favoráveis à constituição de uma verdadeira democracia racial. Esta ainda não existe, porém, e nunca existirá se os dados das investigações científicas não forem aceitos objetivamente e aproveitados de forma concreta na construção de uma sociedade multi-racial cujos modelos ideais não estão (nem poderiam estar) no passado ou no presente, que dele flui e o reproduz sob muitos aspectos.

O Preconceito de Não Ter Preconceito

O que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do "preconceito de cor" é a tendência a considerá-lo como algo ultrafante (para quem o sofre) e degradante (para quem o pratique). Essa polarização de atitudes parece ser uma consequência do ethos católico e o fato dela se manifestar com maior intensidade no presente se prende à desagregação da ordem tradicionalista, vinculada à escravidão e à dominação senhorial. No passado, escravidão e dominação senhorial eram os dois fatores que minavam a plena vigência dos *mores cristãos*, compelindo os católicos a proclamar uma visão do mundo e da posição do homem dentro dele, e a seguir uma orientação prática totalmente adversa às obrigações ideais do católico. Embora as transformações recentes não tenham sido suficientemente profundas, o próprio desaparecimento da escravidão e da dominação senhorial como forma de relação racial criaram condições favoráveis ao destamelo da ordem tradicionalista e à emergência de atitudes, com-

portamentos e avaliações sociais mais conforme ao cosmos moral do catolicismo.

Contudo, na situação imperante nos últimos quarenta anos (de 1927 até hoje, particularmente focalizada pela pesquisa que realizei em colaboração com o Professor Roger Bastide), tem prevalecido uma considerável ambigüidade axiológica. Os valores vinculados à ordem social tradicionalista são antes condenados no plano ideal que repelidos no plano da ação concreta e direta. Daí uma confusa combinação de atitudes e verbalizações ideais que nada têm a ver com as disposições efetivas de atuação social. Tudo se passa como se o "branco" assumisse maior consciência parcial de sua responsabilidade na degradação do "negro" e do "mulato" como pessoa mas, ao mesmo tempo, encontrasse sérias dificuldades em vencer-se a si próprio e não recebesse nenhum incentivo bastante forte para obrigar-se a converter em realidade o ideal de fraternidade cristão-católico. O lado curioso dessa ambígua situação de transição aparece na saída espontânea que se deu a esse drama de consciência. Sem nenhuma espécie de farisaísmo consciente, tende-se a uma acomodação contraditória. O "preconceito de cor" é condenado sem reservas, como se constituisse um mal em si mesmo, mais degradante para quem o pratica do que para quem seja sua vítima. A liberdade de preservar os antigos ajustamentos discriminatórios e preconceituosos, porém, é tida como intocável, desde que se mantenha o decoro e suas manifestações possam ser encobertas ou dissimuladas (mantendo-se como algo "íntimo", que subsiste no "recesso do lar"; ou se associa a "imposições" decorrentes do modo de ser dos agentes ou do seu estilo de vida, pelos quais eles "têm o dever de zelar"). Embora o "negro" e o "mulato" façam contraponto nesses arranjos pelos quais o sistema de valores está sendo reorganizado, eles não são considerados de maneira explícita. Ao contrário, ficam no *background*, numa confortável amnésia para os "brancos". Assim, a pressão verdadeiramente compulsiva, que poderia dar outro conteúdo às vacilações e às ambigüidades axiológicas relacionadas com as avaliações raciais, acaba sendo neutralizada *ab initio*. Os aspectos verdadeiramente dramáticos e injustos da situação são eliminados, atenuados ou esquecidos, como se não competisse ao branco operar com uma balança de dois pratos.

Não é meu objetivo analisar essa complexa polarização. Gostaria de indicá-la para situar aquilo que merece atenção especial neste debate. Do ponto de vista e em termos da posição sócio-cultural do "branco", o que ganha o centro do palco não é o

"preconceito de cor". Mas, uma realidade moral reativa, que bem poderia ser designada como o "preconceito de não ter preconceito". Minado em sua capacidade de agir acima das normas e dos valores ideais da cultura, em vez de condenar a ideologia racial dominante, construída para uma sociedade de castas e de dominação escravista, e além do mais incompatível com os requisitos econômicos, psico-sociais e jurídico-políticos da sociedade de classes em consolidação, o "branco" entrega-se a um comportamento vacilante, dúbio e substancialmente tortuoso. Ao contrário do branco "racista", não possui fé em suas razões ou omissões; a ideologia racial dominante mantém-se menos pelas identificações positivas, que pelos subterfúgios através dos quais ela se insere em tudo o que o "branco" acredita, pensa ou faz. Surge, assim, o espantalho da "questão racial" como um risco da imitação, das influências externas ou do complexo do negro. Ignorando a natureza do drama real das populações negras e mestiças, o papel que a escravidão teve para criar esse drama, os deveres da fraternidade cristã, os imperativos da integração nacional numa sociedade de classes etc., o "branco" propende a um típico ajustamento de "falsa consciência". Em lugar de procurar entender como se manifesta o "preconceito de cor" e quais são seus efeitos reais, ele suscita o perigo da absorção do racismo, ataca as "queixas" dos negros ou dos mulatos como objetivação desse perigo e culpa os "estrangeiros" por semelhante "inovação estranha ao caráter brasileiro".

Portanto, o que fica no centro das preocupações, das apreensões e, mesmo, das obsessões é o "preconceito de não ter preconceito". Através de processos de mudança psico-social e sócio-cultural reais e sob certos aspectos profundos e irreversíveis, subsiste uma larga parte da herança cultural, como se o brasileiro se condenasse, na esfera das relações raciais, a repetir o passado no presente. Esse mecanismo adaptativo só se tornou possível porque as transformações da estrutura da sociedade, apesar da extinção da escravidão e da universalização do trabalho livre, não afetaram de modo intenso, contínuo e extenso o padrão tradicionalista de acomodação racial e a ordem racial que ele presumia. Todavia, o simples fato de que tal mecanismo tenha vigência indica uma realidade histórica tormentosa. Se não existe um esforço sistemático e consciente para ignorar ou deturpar a verdadeira situação racial imperante, há pelo menos uma disposição para "esquecer o passado" e para "deixar que as coisas se resolvam por si mesmas". Isso equivale, do ponto de vista

não devemos a vacilação
e a consequente
pazam de tudo
e os mesmos

e em termos da condição social do "negro" e do "mulato", a uma condenação à desigualdade racial com tudo que ela representa num mundo histórico construído pelo branco e para o branco.

A "Democracia Racial" como Mito e Realidade

* A idéia de que existiria uma democracia racial no Brasil vem sendo fomentada há muito tempo. No fundo, ela constitui uma distorção criada no mundo colonial, como contraparte da inclusão de mestiços no núcleo legal das "grandes famílias" — ou seja, como reação a mecanismos efetivos de ascensão social do "mulato". O fundamento pecuniário da escravidão e certos efeitos severamente proscritos mas incontornáveis da miscegenação contribuíram para que se operasse uma espécie de mobilidade social vertical por infiltração, graças à qual a composição dos estratos raciais dominantes teve de adquirir certa elasticidade.

No entanto, mau grado a extensa variabilidade do fenômeno ao longo do tempo e do espaço, tomou-se a miscegenação como índice de integração social e como sintoma, ao mesmo tempo, de fusão e de igualdade raciais. Ora, as investigações antropológicas, sociológicas e históricas mostraram, em toda a parte, que a miscegenação só produz tais efeitos quando ela não se combina a nenhuma estratificação racial. No Brasil, a própria escravidão e as limitações que pesavam sobre o *status* do liberto convertiam a ordem escravista e a dominação senhorial em fatores de estratificação racial. Em consequência, a miscegenação, durante séculos, antes contribuiu para aumentar a massa da população escrava e para diferenciar os estratos dependentes intermediários, que para fomentar a igualdade racial. É preciso que se tenha em conta que na antiga sociedade escravista o "escravo" não era uma entidade social mais necessária que o "liberto". Existiam amplas zonas de diferenciação social, concernentes a ocupações ou a atividades que só o homem semilivre poderia realizar e que não interessariam ao homem livre dependente. O mestiço, com frequência, ofereceu o contingente demográfico que permitia saturar tais posições sociais e que eram essenciais para o equilíbrio do sistema de dominação escravista. Fora e acima desse nível, a miscegenação teria de envolver a transmissão da posição social das parentelas senhoriais, com suas propriedades, possibilidades de mando e probabilidades de poder. Esse fenômeno se deu, mas em escala muito reduzida e quase sempre sob a influência

de fatores fortuitos, já que a resistência contra tal efeito era consciente, obrigatória e organizada. O contrário seria abolir a própria estrutura em que repousava a diferenciação, a integração e a continuidade da ordem racial pressuposta pelo regime escravista vigente.

Por isso, à miscegenação corresponderam mecanismos mais ou menos eficazes de absorção do mestiço. O essencial, no funcionamento desses mecanismos, não era nem a ascensão social de certa porção de negros e de mulatos nem a igualdade racial. Mas, ao contrário, a hegemonia da "raça dominante" — ou seja, a eficácia das técnicas de dominação racial que mantinham o equilíbrio das relações raciais e asseguravam a continuidade da ordem escravista. Os casos que afetavam a composição das "grandes famílias" não constituíam problema. Não só eram pouco numerosos: as famílias possuíam recursos suficientes para educar os mestiços à imagem da figura do senhor. Por conseguinte, eles eram socializados para serem e agirem como "brancos", o que eles eram, de fato, social, jurídica e politicamente falando. O problema aparecia no outro nível: com os libertos, negros ou mestiços e com seus descendentes. No contexto da sociedade escravista, esses tipos humanos já apareciam associados a oportunidades sociais que equivaliam, formalmente, a uma mudança de *status*. Além disso, entregues a si mesmos eles trabalhavam, com frequência (a menos que fossem absorvidos pela economia de subsistência) pela conquista de posições sociais mais altas, intensificando os estreitos mecanismos de mobilidade social vertical de que dispunha a sociedade escravista. A questão consistia, literalmente, em obter a identificação desses indivíduos aos interesses e valores sociais da "raça dominante". Como o controle do início e do fim de tais mecanismos se concentravam nas mãos de representantes dessa "raça", tal problema foi resolvido de forma pacífica e eficiente. Criou-se e difundiu-se a imagem do "negro de alma branca" — o protótipo do negro leal, devotado ao seu senhor, à sua família e à própria ordem social existente. Embora essa condição pudesse ser, ocasionalmente, rompida no início do processo, nenhum "negro" ou "mulato" poderia ter condições de circulação e de mobilidade se não correspondesse a semelhante figurino. Daí o paradoxo curioso. A mobilidade eliminou algumas barreiras e restringiu outras apenas para aquela parte da "população de cor" que accitava o código moral e os interesses inerentes à dominação senhorial. Os êxitos desses círculos humanos não beneficiaram o negro como tal, pois eram tidos como

obra da capacidade de imitação e da "boa cepa" ou do "bom exemplo" do próprio branco. Os insucessos, por sua vez, eram atribuídos diretamente à incapacidade residual do "negro" de igualar-se ao "branco". Essas figuras desempenharam, dessa maneira, o papel completo da *exceção que confirma a regra*. Forneciam as evidências que demonstrariam que o domínio do negro pelo branco é em si mesmo necessário e, em última instância, se fazia em benefício do próprio negro.

Por aí se vê o que resultou da ordem social vinculada à escravidão. Como não podia deixar de suceder, miscegenação e mobilidade social vertical operavam-se dentro dos limites e segundo as conveniências daquela ordem social, na qual elas preenchiam funções sociais relevantes para a diferenciação e a continuidade da estratificação racial engendrada pela escravidão. Após a Abolição, sem que se manifestasse qualquer tendência ou processo de recuperação humana do negro e do mulato, esses fenômenos foram focalizados à luz dos requisitos econômicos, jurídicos e políticos da ordem social competitiva. Passou-se a ver nesses fenômenos a matriz da democracia racial e a fonte de solução pacífica para a questão racial no Brasil. À parte o que haja de verdade em tais verbalizações, o fato é que ainda hoje a miscegenação não faz parte de um processo societário de integração das "raças" em condições de igualdade social. A universalização do trabalho livre não beneficiou o "negro" e o "mulato" submersos na economia de subsistência (o que, aliás, também aconteceu com os "brancos" que fizessem parte desse setor); mas, nas condições em que se efetuou, em regra prejudicou o "negro" e o "mulato" que faziam parte do sistema de ocupações assalariadas, mais ou menos vitimados pela competição com o emigrante. O resultado foi que, três quartos de século após a Abolição, ainda são pouco numerosos os segmentos da "população de cor" que conseguiram se integrar, efetivamente, na sociedade competitiva e nas classes sociais que a compõem. As evidências a respeito são conclusivas⁽³⁾ e indicam que ainda temos um bom caminho a andar para que a "população de cor", sob hipótese de crescimento econômico contínuo e de persistência da livre competição inter-racial, alcance resultados equivalentes aos dos brancos pobres que se beneficiaram do desenvolvimento do País sob o regime do trabalho livre.

(3) Sobre o assunto cf. especialmente L. A. Costa Pinto, *O Negro no Rio de Janeiro*, cap. III; Florestan Fernandes, *A Integração do Negro à Sociedade de Classes*, pp. 100-133.

Acresce não só que não se processou uma democratização real da renda, do poder e do prestígio social em termos raciais. As oportunidades surgidas foram aproveitadas pelos grupos melhor localizados da "raça dominante", o que contribuiu para aumentar a concentração racial da renda, do poder e do prestígio social em benefício do branco. No contexto histórico surgido após a Abolição, portanto, a idéia da "democracia racial" acabou sendo um expediente inicial (para não se enfrentarem os problemas decorrentes da destituição do escravo e da espoliação final de que foi vítima o antigo agente de trabalho) e uma forma de acomodação a uma dura realidade (que se mostrou com as "populações de cor" nas cidades em que elas se concentraram, vivendo nas piores condições de desemprego disfarçado, miséria sistemática e desorganização social permanente). O "negro" teve a oportunidade de ser livre; se não conseguiu igualar-se ao "branco", o problema era dele — não do "branco". Sob a égide da idéia de democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição. Ao mesmo tempo, assim que surgiram condições para que o protesto negro eclodisse (logo depois da primeira grande guerra e, em particular, no fim da década de 20), tais manifestações foram proscritas como se constituíssem um "perigo para a sociedade". Em consequência, as primeiras manifestações espontâneas do "negro" na luta por certas condições de igualdade racial em bases coletivas eclodiram no vazio, não sensibilizaram o "branco" e não chegaram a dinamizar nenhum mecanismo eficiente (ou tendência atenuada que fosse) de democratização racial da renda, do prestígio social e do poder.

Esse quadro revela que a chamada "democracia racial" não tem nenhuma consistência e, vista do ângulo do comportamento coletivo das "populações de cor", constitui um mito cruel. Ainda assim, mau grado os contornos negativos desse quadro, existem certos elementos potencialmente favoráveis à emergência e à consolidação de uma autêntica democracia racial no Brasil. Primeiro, na economia de subsistência, para onde refluíu grande parte da população de origem escrava ou mestiça, o nivelamento é um fato incontestável e contribuiu (ou está contribuindo) para eliminar os efeitos econômicos, sociais e culturais das diferenças raciais. Segundo, o desenvolvimento econômico recente (inicialmente, da industrialização acelerada no Sul, a partir de 1945; em seguida,

com a política de recuperação econômica do Nordeste e de outras áreas em que a população mestiça é preponderante, tem favorecido, mais que no passado, a "população de cor". Os dados mostram que os seus componentes contam, atualmente, com oportunidades comparáveis às aproveitadas pelos imigrantes no fim do século passado e no começo do século XX. Embora isso já seja uma desvantagem, significa oportunidades de emprego e de integração no sistema de classes. Terceiro, com a desagregação da ordem escravista, se não houve um aumento rápido da tolerância racial, por causa da persistência do antigo padrão tradicionalista de relações raciais, ocorreu pelo menos um abalo nos focos que mantinham as barreiras sociais que separavam as "raças". Daí resultou um abrandamento ou uma atenuação dos critérios intransigentes de avaliação racial, que prejudicavam o "negro" e o "mulato" de forma irremediável e sistemática. Esses três elementos abrem novas possibilidades, pois com a crescente oportunidade de emprego o negro conta, pela primeira vez, com probabilidades de ascensão social que o classificam na própria estrutura da sociedade de classes; e com as tendências de suavização dos critérios de avaliação racial o negro deixa de ser, inexoravelmente, a mera "exceção que confirma a regra". Essas potencialidades são significativas e, se continuarem a se expandir, o Brasil poderá converter-se na primeira grande democracia racial do mundo criado pela expansão da civilização ocidental moderna.

As Perspectivas Futuras

Essas conclusões são altamente promissoras. Entretanto, são notórios os efeitos de certas influências que contrariam a viabilidade e a normalidade de tal desenvolvimento. As peculiaridades do Brasil, a esse respeito, também são notáveis. O risco, no caso brasileiro, não procede (pelo menos por enquanto) do agravamento das tensões raciais e das perspectivas (pelo menos imediatas) de uso crônico do conflito racial como técnica de mudança. Ele provém da persistência de estruturas arcaicas que atravessam mais ou menos incólumes as grandes transformações que estão afetando a sociedade brasileira. Aqui, é preciso atentar para o fato de que a modernização não se processa de forma igualmente homogênea em todas as esferas da vida social. A implantação da ordem social competitiva teve conseqüências profundas, principalmente para o desenvolvimento econômico e a orientação do capitalismo numa direção típica do mundo moderno. Todavia,

a ordem social competitiva não se impôs por igual em todo o Brasil. De um lado, seu desenvolvimento rápido coincidiu com a expansão do café e com o surto urbano-industrial do Sul. Ela beneficiou os círculos da "raça dominante" que ocupavam posições estratégicas na estrutura de poder econômico e político e, numa extensão um pouco menor, de início, os imigrantes europeus. De outro lado, ela alimentou o comportamento inovador das elites no poder e dos grupos ascendentes de modo confinado. Ninguém se preocupou com as questões que caíam fora das exigências mais prementes das condições econômicas, políticas e jurídicas da expansão do capitalismo (no âmbito da proteção do café e do estímulo ao surto industrial). As contradições sociais herdadas do passado e que entravavam a integração do "negro" e do "mulato" à ordem social competitiva emergente não interessavam senão à "população de cor", de resto a única diretamente prejudicada por aquelas contradições. Não é de estranhar, pois, que os setores favorecidos pela dinamização do desenvolvimento capitalista voltassem as costas ao drama humano dos descendentes dos ex-escravos e, ainda mais, que ignorassem as implicações negativas da falta de integração da sociedade nacional ao nível das relações raciais. Eles não se mostraram sensíveis a outras manifestações do mesmo fenômeno em níveis que os afetavam de forma mais direta, como por exemplo o da falta de integração do mercado em escala nacional e o da falta de integração política da Nação. No conjunto, a política que fomentaram revelou-se eficiente no plano restrito do crescimento econômico mais acessível, mas não levava em conta o problema do equilíbrio da sociedade nacional como uma ordem multi-racial.

Em conseqüência, a reintegração do sistema de relações raciais ficou entregue a processos sociais espontâneos. Na conjuntura histórico-social que abarca os três quartos de século da era republicana, isso significou que qualquer mudança estrutural na esfera das relações raciais iria depender do impacto do crescimento econômico, do desenvolvimento urbano e da expansão do regime de classes. Ora, até 1945, grosso modo, esses fenômenos tiveram por cenário um palco limitado: o Sul do Brasil, especialmente o eixo Rio-São Paulo e os brancos que comandavam a economia e a política dessa região, com os contingentes de imigrantes que se incluíram na torrente histórica. Operou-se, pois, num contexto de mudança sócio-econômica relativamente acelerada, uma grande concentração social, regional e racial da renda, do prestígio social e do poder. Os dois resultados gerais desse fenômeno se expri-

mem: 1.º) na absorção do antigo padrão de relação racial pela sociedade de classes; 2.º) na estagnação relativa de outras áreas do País e, em particular, das áreas em que prevalecia a economia de subsistência. A isso correspondem, naturalmente, uma tendência generalizada de persistência de fatores arcaicos e arcaizantes na esfera das relações raciais. De um lado, porque a ordem social competitiva não expurgou a sociedade brasileira de avaliações raciais inconsistentes com o regime de classes e, dado o estímulo à concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, incentivou novos focos de dinamização do "preconceito de cor", segundo formas mais explícitas e chocantes que no passado. De outro lado, porque a relativa estabilidade das outras regiões contribuiu poderosamente para conservar mais ou menos intatos vários aspectos da ordem tradicionalista que colidiam com a integração e o desenvolvimento de uma sociedade nacional. Entre esses aspectos estava, naturalmente, o das relações raciais. O único setor que poderia contribuir para a difusão de avaliações raciais igualitárias, que era o da economia de subsistência, estava bloqueado e o nivelamento social que ele fazia era um nivelamento por e para baixo, pois "brancos" e "negros" se confundiam dentro dele como parte da "ralé" ou da "gente baixa".

O perigo potencial de semelhantes desenvolvimentos tem sido percebido socialmente. Primeiro, porque as disparidades de distribuição social da renda forçaram distinções sociais que se tornaram demasiado rígidas em comparação com o que se admite consensualmente. Como essas distinções eclodem com maior nitidez nas relações de "brancos" ricos com "negros" ou "mestiços" pobres, surgiu o temor acentuado de que elas "introduzam no Brasil o conflito racial"! Segundo, porque as mesmas disparidades agora envolvem brancos com tradições culturais diferentes. Descendentes de imigrantes de várias origens fazem parte das elites no poder e embora compartilhem da ideologia racial dominante, fazem-no em função das tradições culturais que transplantaram de outras comunidades nacionais. Por aí também se instilam formas de avaliação e de comportamentos que colidem com a propensão de decoro e de harmonia aparente que as famílias tradicionais brasileiras sempre procuraram fomentar no trato com o "negro". Terceiro, porque a ascensão social do negro e do mulato está se processando, de maneira crescente, de forma que dificulta a preservação das antigas técnicas de socialização e de controle do negro e do mulato. Não só muitos repelem os conhecidos mecanismos de acomodação racial inerentes à mo-

bilidade por infiltração; a propensão do "novo negro", mais ou menos sensível às exigências da ordem social competitiva, entra em conflito crescente com a manipulação de seus interesses, sentimentos e aspirações de acordo com o modelo da "exceção que confirma a regra". Esse "novo negro" aspira a viver como o "branco" de nível social equivalente e prefere isolar-se socialmente a praticar um comércio racial que prejudicaria sua concepção da dignidade humana. Neste foco surgem as evidências que atormentam mais profundamente e desorientam as avaliações dos círculos conservadores da "raça dominante", pois vêm nessa propensão uma rebelião "contra o branco" e um "perigo racial" a ser contornado.

O exemplo fornecido pelo que aconteceu em São Paulo em conexão com o segundo ciclo da revolução industrial mostra que a mudança social espontânea tem probabilidades de sanar essas pequenas fontes de tensões. Depois de 1945, o crescimento econômico constante e a necessidade de procurar a mão-de-obra dentro da sociedade nacional abriu muitas portas que antes estavam fechadas ao "negro" e ao "mulato". Mesmo firmas que fazem restrições abertas ao "trabalhador de cor" tiveram de proceder de modo mais ou menos tolerante. Isso facultou a inclusão ao sistema de trabalho a maior número de "pessoas de cor"; e, de outro lado, ajudou a provocar migrações internas que tendem a redistribuir "negros" e "mestiços" dentro do País (o que aumenta, concomitantemente, a visibilidade do "homem de cor" e sua tolerância relativa por segmentos mais ou menos exclusivistas da "raça dominante"). Contudo, esse processo é muito lento. O seu resultado de maior envergadura foi o aparecimento de uma classe média de cor (sob muitos aspectos uma classe média aparente), que não revela muita disposição a romper com os bloqueios que impedem o aproveitamento mais rápido do "homem de cor" e anulam ou restringem os efeitos de sua mobilidade social vertical. Há matéria para pensar-se, portanto, em riscos potenciais. Na medida em que os diferentes círculos da "população de cor" passem a participar ativamente das aspirações de emprego, níveis de vida e oportunidades de ascensão social que se tendem a universalizar graças ao desenvolvimento urbano, é presumível que a tolerância do "negro" e do "mulato" diante das "injustiças sociais" que sofrem irão evoluir da passividade à agressividade. Do outro lado, a questão racial também afeta o equilíbrio da sociedade nacional. Não poderá haver integração nacional, em bases de um regime democrático, se os diferentes

estoques raciais não contarein com oportunidades equivalentes de participação das estruturas nacionais de poder.

[[A conjuração desses riscos só poderá ser obtida através de uma radical mudança de atitudes diante da questão racial. Importa, em primeiro lugar, que se inclua o "negro" e o "mulato" (como outras "minorias étnicas, raciais ou nacionais") na programação do desenvolvimento sócio-econômico e nos projetos que visem a aumentar a eficácia da integração nacional. Dada a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, a "população de cor" não possui nenhuma vitalidade para enfrentar e resolver seus problemas materiais e morais. Cabe ao governo suscitar alternativas, que viriam, aliás, tardiamente. Nessas alternativas, escolarização, nível de emprego e deslocamento de populações precisariam ganhar enorme relevo. Em suma, aí se necessita de um programa de combate à miséria e a seus efeitos no âmbito dessa população. Em segundo lugar, seria necessário que o "negro" e o "mulato" mudassem suas atitudes diante dos dilemas do "homem de cor". Como os únicos interessados diretos nos resultados dessa integração, deveriam dedicar-se a tal objetivo com maior tenacidade e discernimento, seja para conquistar uma posição na sociedade nacional como e enquanto "grupo", seja para forçar ajustamentos mais frutíferos por parte dos "brancos". Em terceiro lugar, cabe aos próprios "brancos" um esforço de reeducação, para que deixem de falar em "democracia racial" sem nada fazer de concreto a seu favor e fazendo muito no sentido contrário. Será difícil que o governo ou os próprios componentes da "população de cor" consigam êxito diante da indiferença do "branco" nesse assunto. É preciso que se compreenda que uma sociedade nacional não pode ser homogênea e funcionar equilibradamente sob a permanência persistente de fatores de desigualdade que solapam a solidariedade nacional. Além disso, têm de evoluir para noções menos toscas e egoísticas do que vem a ser uma democracia. Nada disso se conseguirá dentro de um prazo curto, porém, através dos efeitos da mudança social espontânea. O que ela podia produzir está patente e mostra que, em vez de eliminarmos as contradições, aumentamos as tensões antigas e criamos outras novas, de potencialidade destrutiva ainda maior. Convém, pois, que se inicie um programa nacional voltado para o dilema social das minorias que não têm condições autônomas para resolver rapidamente os problemas de sua integração à ordem econômica, social e política inerente à sociedade nacional.

BIBLIOGRAFIA SUPLEMENTAR

- AZEVEDO, Thales: *Les Elites de Couleur dans Une Ville Brésilienne*, Paris, UNESCO, 1953.
- BASTIDE, Roger e Fernandes, Florestan: *Branco e Negro em São Paulo*, 2.^a ed. revista e ampliada, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959.
- BICUDO, Virginia Leoni: "Atitudes dos Alunos dos Grupos Escolares em Relação com a Cor de Seus Colegas" in UNESCO-ANHEMBI, *Relações entre Negros e Brancos em São Paulo*, São Paulo, Editora Anhembi Ltda., 1955, pp. 227-310; "Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo", *Sociologia*, Vol. IX-N.º 3, São Paulo, 1947, pp. 195-219.
- CARDOSO, Fernando Henrique: *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- CARDOSO, Fernando Henrique, e Ianni, Octávio: *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960.
- COSTA PINTO, L. A. da: *O Negro no Rio de Janeiro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1953.
- EDUARDO, Octavio da Costa: *The Negro in Northern Brazil*, Seattle, Washington, University of Washington Press, 1948.
- FERNANDES, Florestan: *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, São Paulo, Dominus Editora S/A., 1965 (2 vols.); "A Persistência do Passado" (*Conference on Race and Color*, Copenhagen, 1965); "Immigration and Race Relations" (*The Conference on Race and Class in Latin American During the National Period*, Nova Iorque, 1965).
- FREYRE, Gilberto: *Sobrados e Mucambos*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1951 (Vol. 2, cap. VIII; Vol. 3, cap. XI); *O Mundo que o Português Criou*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1940.
- FURTADO, Celso: *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura S/A., 1959.
- GINSBERG, Aniel Meyer: "Pesquisas sobre as Atitudes de um Grupo de Escolares em Relação com as Crianças de Cor", in UNESCO-ANHEMBI, *op. cit.*, pp. 311-361.
- HARRIS, Marvin: *Patterns of Race in the Americas*, Nova Iorque, Walker & Co., 1964.
- IANNI, Octavio: *As Metamorfoses do Escravo*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- LOBO, Haddock e Aloisi, Irene: *O Negro na Vida Social Brasileira*, São Paulo, S. E. Panorama, 1941.
- MARTUSCELLI, Carolina: "Uma Pesquisa sobre Aceitação de Grupos Nacionais, Grupos "Raciais" e Grupos Regionais, em São Paulo", *Boletim de Psicologia*, N.º 3, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1950, pp. 53-73.

- MOREIRA LEITE, Dante: "Preconceito Racial e Patriotismo em Seis Livros Didáticos Primários Brasileiros", *Boletim de Psicologia*, N.º 3, op. cit., pp. 206-231.
- NOGUEIRA, Oracy: "Relações Raciais no Município de Itapetininga", in UNESCO-ANHEMBI, op. cit., pp. 362-554; "Preconceito de Marca e Preconceito Racial de Origem", *Anais do XXXI Congresso de Americanistas*, São Paulo, Editora Anhembi Ltda. 1955, Vol. I p. 409-434; "Atitudes Desfavoráveis de Alguns Anunciantes de São Paulo em Relação aos Empregados de Cor", *Sociologia*, São Paulo, Vol. IV-N.º 4, 1942. pp. 328-358.
- PIERSON, Donald: *Branços e Pretos na Bahia*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1945; "Le Préjugé Racial d'Après l'Étude des Situations Raciales", *Bulletin International des Sciences Sociales*, Paris, Vol. II N.º 4, 1950, pp. 488-500.
- PRADO JÚNIOR, Caio: *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1942.
- RIBEIRO, René: *Religião e Relações Raciais*, Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura, 1956.
- WAGLEY, Charles, com a colaboração de Harry W. Hutchinson, Marvin Harris e Ben Zimmerman, *Races et Classes dans le Brésil Rural*, Paris, UNESCO, s. d.
- WAGLEY, Charles e Harris, MARVIN: *Minorities in the New World*, Nova Iorque, Columbia University, 1958.
- WILLEMS, Emílio: "Race Attitudes in Brazil", *The American Journal of Sociology*, Chicago, III., Vol. LIV-N.º 5, 1949, pp. 402-408.

APÊNDICE

1) REMOTO O RISCO DE SEGREGAÇÃO RACIAL ORIGINÁRIO DA ARREGIMENTAÇÃO NEGRA (1)

Enquanto se dizia não existir preconceito, os sociólogos Roger Bastide e Florestan Fernandes se embrenhavam nas pesquisas que culminaram nas conclusões contidas em "Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo", livro de análise das manifestações do preconceito de cor.

E enquanto se diz, pura e simplesmente, que "não existe o problema do negro", o Professor Florestan Fernandes prepara-se para defender sua tese justamente a propósito do problema do negro, estendendo suas pesquisas a Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Florestan Fernandes tem, por outro lado, opinião formada sobre as entidades que surgiram recentemente ou estão surgindo para aglutinar os elementos negros na Capital e no Interior em torno das chamadas "reivindicações da raça".

(1) Entrevista solicitada e publicada por Elias Raide, autor da nota introdutória: *Diário da Noite*, 9/IV/1958.

Acompanhando os trabalhos que se desenvolvem na Associação Cultural do Negro, nos teatros experimentais (de orientações diversas), na ABASE, na Federação dos Brasileiros de Cor (que congrega cidades no sul do Estado) e outras entidades oriundas da reação do elemento negro diante do preconceito, Florestan Fernandes afirma que "esses movimentos nascem de necessidades sociais imperiosas nas populações negras", conclusão baseada na pesquisa realizada por ele juntamente com seu antigo Professor Roger Bastide.

Após a Abolição

— "Durante o período da escravidão — diz Florestan Fernandes — o negro viveu em estado de dependência social tão extrema, que não chegou a participar, autonomamente, das formas de vida social organizadas mínimas, como a família e outros grupos primários, de que se beneficiavam os brancos. A Abolição ocorreu em condições que foram verdadeiramente "espóliativas", do ponto de vista da situação de interesse dos negros. Estes perderam o único ponto de referências que os associava ativamente à nossa economia e à nossa vida social. Em consequência, viram-se convertidos em "párias" da cidade, formando o grosso da população dependente de São Paulo nos três primeiros decênios do nosso século. Esses fatos foram descritos por vários viajantes e estudiosos, tendo merecido análise mais completa da parte de Bastide e do sociólogo norte-americano Lowrie. Para participar das garantias e dos direitos sociais, consagrados por nosso sistema de vida, os negros tiveram que desenvolver um esforço próprio de auto-educação e de auto-esclarecimento, em escala coletiva. Alguns líderes mais esclarecidos e bem informados, apoiados por companheiros que percebiam a importância desses empreendimentos para a população negra, desde 1930 vêm difundindo ensinamentos que mostram as vantagens inerentes à assimilação de formas de organização das atividades sociais dominantes no meio ambiente. Assim, realizaram campanhas para a reabilitação da "mãe solteira", grave problema porque aumenta o número de menores desamparados e dificulta o casamento ou a constituição da família; para o incentivo da responsabilidade do pai na educação dos filhos e na manutenção do lar; para o abandono dos "porões" e dos "cortiços" e a aquisição da casa própria; para a valorização da aprendizagem de profissões acessíveis aos negros, tendo em vista suas habilitações; para o combate ao analfabetismo; para a participação mais vigorosa e consciente nas atividades políticas etc. Esses movimentos sofreram altos e

baixos, paralisando-se, ou arrefecendo-se na "ditadura", ganhando novos alentos aqui e acolá, graças às condições mais ou menos favoráveis de vida de uma pequena classe média negra em São Paulo. Assim, para resumir: esses movimentos nascem de necessidades sociais próprias da população negra da Capital e traduzem a mobilidade ou os sucessos de alguns de seus setores, na competição com os brancos e na ascensão social".

Não por Privilégios Mas Contra Privilégios

Prosseguindo, acentua o Prof. Florestan Fernandes que "esses movimentos correspondem a fins socialmente úteis", que alargam "as esferas dentro das quais nosso estilo de vida é posto em prática".

— "Em outras palavras, eles se baseiam em móveis e em aspirações sociais que, bem sucedidos, farão dos negros melhores cidadãos. Há quem pense que o negro luta por privilégios, através desses movimentos. Mas, isso não é verdade: eles lutam contra privilégios, que os mantiveram afastados, em detrimento de nossa segurança e de nosso progresso, dos direitos fundamentais do homem em nossa ordem social. A esse respeito, convém frisar que não lutam contra pessoas ou grupos, que não os anima a ambição de prejudicar o branco ou combater os valores e instituições sociais que lhe conferem riqueza, poder ou estabilidade. As impulsões psico-sociais, inerentes a seus "movimentos de arregimentação", conduzem, ao contrário, a algo bem diferente: o de permitir ao negro ter acesso mais livre e equitativo a esses valores e instituições. Não são, portanto, movimentos conduzidos pelo propósito de aumentar a área de conflitos sociais de nossa sociedade. O que seus fins sociais conscientes pressupõem é o alargamento efetivo da área de acomodação, pela integração do negro às oportunidades econômicas, políticas, educacionais e sociais, conferidas aos brancos sem restrições. Parece-me que isso evidencia que são infundados os receios, de certas camadas sociais, de que eles redundem em "perigos" políticos ou raciais. No fundo, o negro tomou a si a tarefa de lutar contra esses perigos, enfrentando com seus recursos e sem nenhuma manifestação mais forte de simpatia ou de compreensão, a gigantesca responsabilidade de preparar-se para a vida numa ordem social democrática".

Os Movimentos e a Segregação

Respondendo à pergunta sobre se tais movimentos de arregimentação poderiam produzir uma situação de segregação racial comparável à existente nos Estados Unidos, declara o Prof. Florestan Fernandes que "o desfecho da competição e do conflito nas Relações entre grupos Raciais distintos, depende de vários fatores e condições sociais".

— "Pelo que sabemos, com base na pesquisa efetuada em São Paulo — acrescentou — esse risco existe, pois ainda não se sabe como as diferentes camadas da população branca poderão reagir à ascensão social do negro. Contudo, é preciso ponderar duas coisas. Primeiro, se isso chegasse a ocorrer, não seria por "culpa" dos movimentos de arregimentação dos negros. O isolamento espacial, cultural e social, em casos dessa natureza, constitui um produto dinâmico do tratamento dispensado às minorias raciais e étnicas, demonstrando a incapacidade da ordem social em evoluir na direção de padrões integrativos de reconstrução social. Sob esse aspecto, pois, o perigo potencial da segregação poderia ser admitido. Ele não seria causado pelo negro, no entanto, que passaria a sofrer os efeitos da situação global nas atitudes e no comportamento dos brancos. Este é o problema. Os "movimentos de arregimentação, são apenas uma parcela da situação global e a reação desfavorável dos brancos não seria provocada apenas por eles. A segunda coisa, que precisa ser ponderada, diz respeito ao caráter eventual desse presumível perigo. Não é certo que ele venha a ocorrer, sendo muito variadas e fortes as pressões em sentido contrário. Entre estas, cumpre pôr em relevo: as condições concretas da competição do negro com o branco, que não são de molde a criar dificuldades insuperáveis para este, dadas as oportunidades crescentes oferecidas pelo sistema ocupacional; a inexistência de alvos definidos de oposição racial, por parte do negro, que não pretende desalojar o branco das posições sociais em que ele se encontra, mas compartilhar com ele dos direitos e garantias sociais; as tendências ideológicas e utópicas que valorizam, no meio branco, a integração racial; o fortalecimento do regime democrático, que ampara politicamente aquelas tendências. Por isso, presumo que não devemos temer esses "movimentos", mas colaborar para que eles definam melhor e alcancem realmente os seus alvos constitutivos, tão importantes para um país novo e heterogêneo como o Brasil".

2) BRASIL ESTÁ BEM LONGE DE SER UMA DEMOCRACIA RACIAL (2)

Realiza-se, em Brasília, um Seminário sobre Segregação Racial, promovido pela ONU. O Prefeito Plínio Catanhede, durante a solenidade de instalação do Seminário, disse que "era uma honra ter Brasília como sede para discussão de um dos graves problemas do mundo atual". O representante da Suécia, entre outras coisas, afirmou que não existe conflito racial no Brasil.

Mas, será mesmo verdade que aqui não existe tal conflito? Partimos de um princípio elementar na questão do segregacionismo: — Existe preconceito racial em nosso país? Esta e outras perguntas são respondidas pelo Professor Florestan Fernandes, catedrático da Cadeira de Sociologia I, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Tolerância e Democracia Raciais

Inicialmente, o Professor Florestan Fernandes abordou a questão da existência ou não de "democracia racial", no Brasil. Aliás este tema é debatido no seu último livro ("A Integração do Negro na Sociedade de Classes", capítulos 3, 5 e 6); "Na verdade, nos acostumamos à situação existente no Brasil e confundimos tolerância racial com democracia racial. Para que esta última exista não é suficiente que haja alguma harmonia nas relações sociais de pessoas pertencentes a estoques raciais diferentes ou que pertençam a "Raças" distintas. Democracia significa, fundamentalmente, igualdade social, econômica e política. Ora, no Brasil, ainda hoje não conseguimos construir uma Sociedade Democrática nem mesmo para os "brancos" das elites tradicionais e das classes médias em florescimento. É uma confusão, sob muitos aspectos farisaica, pretender que o negro e o mulato contem com igualdade de oportunidades diante do branco, em termos de renda, de prestígio social e de poder.

O padrão brasileiro de relação racial, ainda hoje dominante, foi construído para uma sociedade escravista, ou seja, para manter o "negro" sob a sujeição do "branco". Enquanto esse padrão de relação racial não for abolido, a distância econômica, social e

política entre o "negro" e o "branco" será grande, embora tal coisa não seja reconhecida de modo aberto, honesto e explícito".

Mito Social

Continuando a responder sobre a falada "democracia racial", acrescentou: "Os resultados da investigação que fiz, em colaboração com o Professor Roger Bastide, demonstram que essa propalada "democracia racial" não passa, infelizmente, de um mito social. É um mito criado pela maioria e tendo em vista os interesses sociais e os valores morais dessa maioria; ele não ajuda o "branco" no sentido de obrigá-lo a diminuir as formas existentes de resistência à ascensão social do "negro"; nem o ajuda o "negro" a tomar consciência realista da situação e a lutar para modificá-la, de modo a converter a "tolerância racial" existente em um fator favorável a seu êxito como pessoa e como membro de um estoque "racial".

Tipos de Preconceito Racial

Estabelecido que existe preconceito racial no Brasil, o Prof. Florestan Fernandes esclareceu:

— "De fato, existem várias formas sócio-culturais de preconceito racial. O que há de mal, conosco, consiste no fato de que tomamos como paralelo o tipo de preconceito racial explícito, aberto e sistemático posto em prática nos Estados Unidos. Todavia, os especialistas já evidenciaram que existem vários tipos de preconceito e, pelo menos um sociólogo brasileiro, o Professor Oracy Nogueira, se preocupou em caracterizar as diferenças existentes entre o preconceito racial sistemático, que ocorre nos Estados Unidos, e o preconceito racial dissimulado e assistemático, do tipo do que se manifesta no Brasil. Já tentei, de minha parte, compreender geneticamente o nosso modo de ser. Segundo penso, o catolicismo criou um drama moral para os antigos senhores de escravos, pois a escravidão colidia com os "mores" cristãos. Surgiu daí, presumivelmente, a tendência a disfarçar a inobservância dos "mores", pela recusa sistemática do reconhecimento da existência de um preconceito que legitimava a própria escravidão".

(2) Partes de uma entrevista publicada por *A Gazeta*, 27/VIII/1966. Reproduzida em F. Fernandes, J. B. Borges Pereira e O. Nogueira, *A Questão Racial Brasileira Vista por Três Professores*, São Paulo, Escola de Comunicações e Artes — U.S.P., 1971.

Florestan Fernandes continua: "Sem a idéia de que o "Negro" seja "inferior" e necessariamente "subordinado" ao "branco", a escravidão não seria possível num país cristão. Tomaram-se estas noções para dar fundamento à escravidão e para alimentar outra racionalização corrente, segundo a qual o próprio negro seria "beneficiado" pela escravidão, mas sem aceitar-se a moral da relação que se estabelecia entre o senhor e o escravo. Por isso, surgiu no Brasil uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito ou o preconceito de ter preconceito. Ao que parece, entendia-se que ter preconceito seria degradante e o esforço maior passou a ser o de combater a idéia de que existiria preconceito no Brasil, sem se fazer nada no sentido de melhorar a situação do negro e de acabar com as misérias inerentes ao seu destino humano na sociedade brasileira. Acho que, aqui seria bom que se lessem os trabalhos recentes, publicados por sociólogos, antropólogos e psicólogos, mais ou menos concordantes, e, em particular, que o "branco" se reeducasse de tal maneira que pudesse pôr em prática, realmente, as disposições igualitárias que ele propala ter diante do "negro".

Discriminação e Segregação

A pergunta se existia "discriminação" e "segregação" raciais no Brasil, disse:

— "A discriminação que se pratica no Brasil é parte da herança social da sociedade escravista. No mundo em que o "negro" e o "branco" se relacionavam como escravo e senhor, este último tinha prerrogativas que aquele não possuía — nem podia possuir, como "coisa" que era e "fôlego vivo", uma espécie de "instrumento animado das relações de produção". A passagem da sociedade escrava para a sociedade livre não se deu em condições ideais. Ao contrário, o negro e o mulato viram-se submergidos na economia de subsistência, nivelando-se, então, com o "branco", que também não conseguia classificar-se socialmente, ou formando uma espécie de escória da grande cidade, vendo-se condenados à miséria social mais terrível e degradante".

Abolicionismo Não Aboliu

Reportando-se ao abolicionismo, Florestan Fernandes acentua: "Apesar de seus ideais humanitários, o abolicionismo não

conduziu os "brancos" a uma política de amparo ao negro e ao mulato. Como o demonstram os resultados da análise pioneira de Roberto Simonsen, em trabalho magistral, nos momentos mais duros da transição existiram fazendeiros que defendiam a idéia da indenização. Nenhum deles se levantou em prol da indenização do escravo ou do liberto e, em consequência, os segmentos, da população brasileira que estavam associados à condição de escravo ou de liberto viram-se nas piores condições de vida nas grandes cidades. Foram reduzidos a uma condição marginal, na qual se viram mantidos até o presente. Somente depois de 1945 começaram a surgir oportunidades reais de classificação na estrutura da ordem social competitiva, ainda assim, para número limitado de indivíduos potencialmente capazes de terem êxito na competição sócio-econômica com os brancos".

Segregação Dissimulada

A seguir, disse o famoso sociólogo: — "A discriminação existente é um produto do que chamei "persistência do passado", em todas as esferas das relações humanas — na mentalidade do "branco" e do "negro", nos seus ajustamentos à vida prática e na organização das instituições e dos grupos sociais. Para acabarmos com esse tipo de discriminação, seria necessário extinguir o padrão tradicional brasileiro de relação racial, e criar um novo padrão realmente igualitário e democrático de relação racial, que conferisse igualdade econômica, social, cultural e política entre negros, brancos e mulatos. As mesmas idéias podem ser aplicadas à segregação. Esta foi praticada no passado senhorial, apesar da convivência por vezes íntima, entre senhores e escravos. Fazia parte de duplo estilo de vida que separava espacial, moral e socialmente o "mundo da senzala" do "mundo da casa grande".

"A segregação do "negro" é sutil e dissimulada, pois, ele é confinado ao que os antigos líderes dos movimentos negros de São Paulo chamavam da "porão da sociedade". As coisas estão se alterando, nos últimos tempos, mas de forma muito superficial e demorada. Para atingirmos a situação oposta, implícita no nosso mito de democracia racial, o negro e o mulato precisariam confundir-se com o branco num mundo de igualdade de oportunidades para todos, independentemente da cor da pele ou da extração social. É pouco provável que isso se dê sem que os próprios negros e mulatos tenham uma consciência mais completa e pro-

funda de seus interesses numa sociedade multi-racial, em que eles constituem uma minoria deserdada e proscrita".

Florestan Fernandes concluiu, observando que "foi preciso quase três quartos de século para que negro e mulato encontrassem, em São Paulo, perspectivas comparáveis àquelas com que se defrontaram os imigrantes e seus descendentes. Quanto tempo terá que correr para que consigam tratamento igualitário numa sociedade racialmente aberta? Essa pergunta me parece fundamental. Os "negros" devem preparar-se para respondê-la, e os "brancos" devem preparar-se para ajudá-los, solidariamente, a por em prática as soluções que a razão indicar, sem subterfúgios e com grandeza humana".

CAPÍTULO II

MOBILIDADE SOCIAL E RELAÇÕES RACIAIS: O DRAMA DO NEGRO E DO MULATO NUMA SOCIEDADE EM MUDANÇA *

Houve um momento em que os cientistas sociais aderiram à idéia de que a ascensão social constitui um indício de ausência de preconceito e de discriminação raciais. A hipótese parecia lógica, pois o sistema de castas abolia a mobilidade social vertical e impunha às pessoas de castas diferentes, que entrassem em contato previsto ou fortuito, complicados rituais de purificação. No entanto, várias pesquisas feitas em sociedades nacionais distintas, demonstraram que o preconceito e a discriminação raciais dificultam a ascensão social de minorias étnicas ou raciais. Não obstante, ela pode ocorrer sem que o preconceito e a discriminação desapareçam. Isso tanto em sociedades nacionais que se organizam, socialmente, em sistema bi-raciais (como ocorre nos Estados Unidos), quanto em sociedades nacionais que se organizam, pelo menos teoricamente, sem levar em conta critérios de estratificação racial (como sucede no Brasil).

A situação brasileira já foi definida, por alguns especialistas, como sendo neutra em relação ao preconceito de raça e à discriminação racial. As investigações recentes, porém, indicam que existe um abismo entre as ideologias e utopias raciais dominantes no Brasil, construídas no passado por elites brancas e escravistas, e a realidade racial. A afirmação é verdadeira com referência a todas as minorias nacionais, étnicas ou raciais, pelo menos durante o período em que elas não conseguem responder às pres-

* Artigo escrito para a revista *Realidade* e publicado com sua autorização em *Cadernos Brasileiros*, N.º 47, maio-junho de 1968, pp. 51-67 (número organizado por Abdias do Nascimento, comemorativo dos "80 Anos de Abolição").